

Silvio Romero: crítico e historiador da literatura brasileira



Alberto Luiz Schneider



1. INTRODUÇÃO

No Brasil de fins do século XIX, sob o vigor da cultura beletrista e bacharelesca da República das letras, a crítica literária gozou de um prestígio jamais alcançado em qualquer outro momento da vida intelectual brasileira. Talvez o prestígio do universo literário levou Silvio Romero a empreender uma obra de fôlego, como a *História da literatura brasileira*, na qual o autor jamais se restringiu a temas eminentemente literários. A crítica literária freqüentemente serviu como um espaço para a polêmica, o debate de idéias e a discussão sobre temas nacionais, exercendo sobre os intelectuais um enorme fascínio. Em nome da crítica, debateram-se idéias políticas, temas sociais e, claro, literatura.

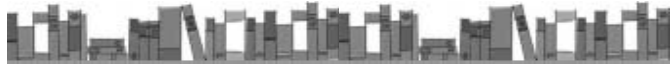
A Silvio Romero jamais faltaram inimigos, e José Veríssimo encabeçava a extensa lista de desafetos. Ambos mantiveram uma longa e deselegante polêmica, com mútuas provocações, embora ninguém fosse mais belicoso que Silvio Romero. A disputa por leitores num clima de rarefação cultural potencializou o acirramento dos ânimos entre os intelectuais, e a formação de *coteries* (cf. Machado Neto, 1973). Porém, é exagero reduzir as desavenças às disputas por prestígio, oportunidades e leitores, ainda que isso compusesse o enredo, sobretudo naquele momento histórico, onde viver da pena tinha um valor nobilitante, mas não proporcionava vida fácil aos que sobreviviam de suas atividades intelectuais.

José Veríssimo também havia se embebido do cientificismo finissecular, partilhado da preocupação com o caráter nacional da literatura – assunto tão em voga – e tomado partido na guerra movida contra o romantismo. Porém, mais tarde, o autor se inclinaria para uma crítica estética e psicológica da literatura, entendendo-a como arte da palavra e artifício da invenção. Embora as afinidades entre autores de uma geração contribuam na composição do contexto histórico-cultural de um tempo, é preciso atentar para a inteira impossibilidade de uma “unidade geracional”, havendo, necessariamente, especificidades nas leituras de diferentes autores. Silvio Romero, na *História da literatura brasileira*, jamais abandonou a expectativa sociológica, ajustada a uma interpretação sistêmica da literatura e da sociedade brasileiras.

Os mais notáveis observadores dos textos de Silvio Romero – destacadamente Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Sylvio Rabello, José Guilherme Merquior e Roberto Ventura – coincidem na avaliação de que sua obra é, antes de outra coisa, um tratado de “sociologia da cultura brasileira”. Sua grande obsessão foi explicar o país. A empatia romeriana de fato não recaía sobre a literatura e seus emaranhados sutis, era uma hermenêutica do Brasil o que lhe mobilizava verdadeiramente, como observou José Guilherme Merquior:

Os juízos estéticos de Silvio Romero são às vezes claudicantes, às vezes insustentáveis (por exemplo o endeusamento de Tobias – dado por superior à Castro Alves... – a subestimação parcialíssima de Machado de Assis); contudo, o estilo ágil e combativo facilita a leitura, e o patriotismo sem ufanismo faz desse colosso historiográfico, ao qual se deve a fixação definitiva (em termos globais) do nosso corpus literário, um depoimento fundamental sobre o itinerário da cultura brasileira (Merquior, 1977, p. 112).

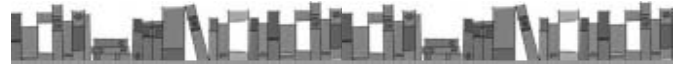
José Veríssimo legou à historiografia literária uma leitura esteticamente mais refinada e equilibrada, sem a truculência sociológica de Romero. Bem ou mal, Veríssimo foi capaz de perceber a grandeza de Machado de Assis, a quem devotou humilde e persistente admiração. Talvez menor como crítico de literatura, especificamente, Silvio Romero foi um agudo observador do Brasil e de suas coisas, historiador da cultura, ensaísta e polemista das idéias, como poucos. Convém atentar para o que disse Sylvio Rabello, autor que dedicou a Silvio Romero um estudo no qual percebeu, magistralmente, as limitações do autor da *História da literatura brasileira*:



É possível que Silvio Romero, de todos os críticos do Brasil, tivesse sido o de mais extensa erudição – o que tivesse assimilado a mais vasta experiência de leitura. À crítica literária não repugna uma preparação como a que ele chegou a possuir – certamente maior do que a de Araripe Júnior e a de José Veríssimo. Entretanto, toda essa soma de conhecimento teria de ser mal utilizada, à falta de qualidades propriamente artísticas. Sempre que se apresentava a oportunidade para discussão de doutrina, de sistemas e de escolas, ele se afirmava e quase sempre com lucidez. A estrutura do seu espírito foi coerentemente a mesma em todos os momentos – um espírito geométrico que, por ausência de imaginação, se deixou comprimir dentro do já experimentado, do já discutido – da experiência feita em idéias e soluções que não se cansava de manipular com sensual volúpia. O que dependesse, porém, de uma apreensão pela sensibilidade ou pela intuição escaparia sempre à sua capacidade crítica. Por isso, Silvio Romero cometeu em literatura os mais graves erros de julgamento (Rabello, 1967, p. 76).

Sérgio Buarque de Holanda parece confirmar a noção de que a riqueza e a miséria do crítico residiam em sua perspectiva sociológica. Ali estariam a gula interpretativa e a entrega militante que o impulsionaram a escrever a *História da literatura brasileira*, na qual desenvolveu um “programa ambicioso”, empenhado numa leitura externa dos textos da tradição literária do país (além da tradição popular), a fim de captar a “generalidade” do Brasil:

Inscrevendo a atitude literária e intelectual numa portentosa construção, que tinha por ápice a sociologia, ele desdenhou constantemente a atitude daqueles que, como José Veríssimo, por exemplo, se teriam preocupado em “obedecer, no estudo dos autores, ao critério puramente estético”. Para ele, as criações da inteligência e da imaginação eram partes integrantes de um todo, e nada



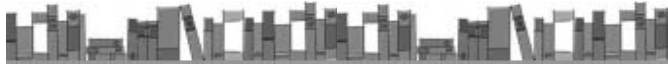
representavam quando destacadas dele. Por isso mesmo convinha considerar, nestas criações, e principalmente através delas, o meio, as raças, o folclore, as tradições do país. E foi esse, em suma, o programa ambicioso que ele traçou para a elaboração de sua obra mestra (Holanda, 1996, p. 363).

Se não fosse demasiadamente especulativo, é possível imaginar que se Silvio Romero houvesse escrito trinta ou quarenta anos mais tarde, provavelmente não teria escolhido a crítica literária para pensar e teorizar o Brasil. E se Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre tivessem produzido suas obras trinta ou quarenta anos mais tarde, talvez tivessem sido críticos de literatura.

2. A NAÇÃO E O “ESPÍRITO FILOSÓFICO DOS NOSSOS DIAS”

A *História da literatura brasileira* é, como a própria trajetória de seu autor, um livro generalizante, onde aparecem considerações acerca de cada um desses saberes, onde se nota um esforço em encontrar explicações com respaldo científico. O primeiro tomo do livro é inteiramente dedicado aos fatores extraliterários. Em mais de 300 páginas, Silvio Romero aborda as teorias sobre a história do Brasil, as “raças que constituíram o povo brasileiro”, o “mestiço”, as “tradições populares”, as “alterações da língua portuguesa”, as “relações econômicas”, as “instituições políticas e sociais”. Nos demais quatro tomos, o autor estabelece uma divisão por escolas e períodos. As fontes de análise estão longe de se restringirem aos escritores ficcionais, pois abarcam, além de poetas e romancistas, cronistas, historiadores, teólogos, moralistas, juriconsultos. O autor chega a escrever as *Belas Artes* e as *Ciências Naturais*. Como se vê, não lhe faltou ambição.

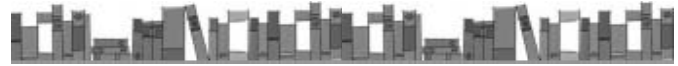
Silvio Romero quis escrever sobre tudo o que já havia sido escrito no Brasil, desde os tempos coloniais, e não apenas sobre textos propriamente literários. A própria organização do livro remete à sua concepção de literatura.



Ao tratar, no primeiro tomo, da história, da etnologia, o autor, já no índice, deixa transparecer que os fatores extraliterários determinariam a qualidade dos textos. E literatura era tudo aquilo que havia sido escrito e publicado em livro. Os textos, literários ou não, eram documentos que registravam a “efusão do gênio nacional” (Romero, 1953, p. 585).

No primeiro tomo de sua obra, Silvio Romero desenvolveu uma verdadeira *teoria do Brasil*, como um modo de ler e compreender não apenas a literatura brasileira, mas o próprio país, perspectiva que percorre toda a *História da literatura brasileira*, além de outros livros, sobretudo os posteriores. Nesse texto, o autor se depara com uma situação tão particular quanto inevitável: de um lado estaria a adoção dos pressupostos epistemológicos em voga na Europa da segunda metade do oitocentos, erigida sob os escombros da sensibilidade romântica, de pretensões abertamente científicas e objetivistas. E de outro lado, estaria o esforço em reconhecer as singularidades históricas de uma sociedade ibero-americana, de herança colonial, resultante da expansão do homem europeu pelo globo no pós-medieval. Essas duas linhas orientaram a sua construção intelectual. A moderna ciência europeia e a tradição colonial brasileira formam duas partes de um problema que assaltou a consciência de Silvio Romero e, de alguma maneira, permeou toda a sua obra. Da universalidade da ciência deveria verter a singularidade brasileira.

A adesão de intelectuais brasileiros aos pressupostos cientificistas que marcaram a intelectualidade europeia da segunda metade do século XIX é uma das características da geração a que Silvio Romero pertenceu. A pretensão de explicar o Brasil a partir da ciência não foi uma exclusividade romeriana. Na década de 1870, viveu-se uma modificação do panorama intelectual brasileiro, pois outras perspectivas se encadearam, outros nomes surgiram, quase todos críticos do romantismo indianista dos próceres do Império, a quem dirigiam severas censuras. A monarquia e a



escravidão, mais que instituições, foram lidas como símbolos do velho e violentamente criticadas como atrasadas.

A geração pós-romântica exibiu um notável talhe universalista (cf. Merquior, 1977), interessada em operar uma atualização histórica da sociedade brasileira, em sentido pronunciadamente ocidentalizante, o que significou uma notável adesão aos signos da modernidade, característica da Segunda Revolução Industrial, com destaque à ciência, admitida como o principal nexo explicativo da “realidade” (cf. Sevcenko, 1985). A geração modernista de 1870, segundo a expressão de Antonio Candido, dialogou e deixou-se impactar pela vida intelectual europeia da segunda metade do século XIX, marcada por um momento decididamente anti-espiritualista e antimetafísico (cf. Candido, 1988). Nesse período, as influências do positivismo de Comte (1798-1857), do evolucionismo de Spencer (1820-1903), e do monismo de Haeckel (1834-1919) acionaram um avassalador determinismo, caracterizado pela adoção dos princípios constitutivos das ciências naturais, do saber empírico e da mentalidade experimental. O credo cientificista foi intenso no pensamento ocidental de então, embora no final do século XIX tenha sido contundente a crítica ao positivismo e ao naturalismo, como atestam o pensamento de Dilthey, Nietzsche e Bérghson (cf. Baumer, 1977).

A sedução de parte dos intelectuais brasileiros pelo universalismo cientificista, e freqüentemente racialista, levou-os a se ressentir da dolorosa desconfiança frente ao destino de um país marcado pela mescla de três raças. A herança étnica e cultural das “raças atrasadas” parecia embargar a confiança num futuro moderno e civilizado para o país. Autores como Silvio Romero, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, entre outros, deram início a novas interpretações à sociedade brasileira. O desejo por objetividade, o gosto pelo realismo e o naturalismo, e os conseqüentes determinismos físicos e etnográficos, tenderam a orientar quase todos os esforços de refletir sobre o país.

Algumas perguntas povoaram a imaginação de nossos letrados: qual o lugar dos descendentes dos escravos negros nessa sociedade que estava por abolir a escravidão e instaurar a República? Como garantir a vitória da civilização e da modernidade com a enorme população não branca? Como garantir a unidade nacional frente tanta pluralidade e desigualdade? Enfim, como valorizar a essência nacional – essa potência romântica que sobreviveu na imaginação dos “novos” – e construir uma sociedade segundo os paradigmas ocidentais de socialibilidade? Perguntas que, de alguma maneira, remetiam à percepção de um país formado na experiência colonial ibero-lusitana na América tropical, em que o reconhecimento das “três raças” ocupava a consciência histórica daqueles homens de letras. Em fins do século XIX, além dos negros, índios e mestiços, não faltou quem contestasse a força da própria matriz civilizadora ibérica, identificando-a como atrasada e decadente.¹

Silvio Romero assumiu os pressupostos cientificistas, colocando-os a serviço da explicação da formação histórica do país. Na sua leitura, a temporalidade brasileira impôs um paradoxo: o universalismo cientificista deveria explicar a *essência* nacional. Em outras palavras, o cientificismo deveria servir à sensibilidade nacionalista.

O nacionalismo de fins do século XIX foi particularmente tenso e talvez ressentido: como poderia o Brasil constituir-se numa nação civilizada e moderna a partir de três raças e das sucessivas misturas operadas ao longo de quase quatro séculos? Romero viu-se envolto nesse drama. A percepção das três raças povoou sua imaginação, e sob essa percepção nasceria sua *teoria do Brasil*.

A *História da literatura brasileira*, inevitavelmente, portaria sinais epistemológicos e narrativos de seu tempo. Ao contemplar a história e a etnologia como perspectiva e a literatura como “objeto” – articulando-as nos limites da percepção romântica de nação – Silvio Romero recorreu a um expediente freqüente na Europa do século XIX, quando surgiram histórias literárias empenhadas em fixar cânones nacionais. Na Europa, em cada uma das mais importantes tradições nacionais existiu uma

ou várias histórias literárias. No entanto, o que efetivamente importa é a maneira como foi construída uma *história da literatura* que fosse também brasileira. Interessa perceber as tensões e ambigüidades que a leitura do autor comporta. No prólogo da primeira edição, Silvio Romero emite sinais do sentido de sua obra:

Minha crítica não tem sido tão dissolvente, como aos inimigos aprouve assoalhar. Inspirei-me sempre no ideal de um Brasil autônomo, independente na política e mais ainda na literatura. Desse pensamento inicial decorreram todas as minhas investidas no domínio das letras. Primeiramente, para firmar-me bem no terreno, tratei de circunscrever e limitar o círculo de minha ação: um pouco de poesia e o resto de crítica. Em poesia, iniciei a reação contra o romantismo em 1870, pregando a intuição nova de uma poesia alimentada do espírito filosófico dos nossos dias. (...) Em crítica apliquei-me apenas à filosofia, à etnografia, à política e à literatura propriamente dita, tudo isto sob o ponto-de-vista de aplicações ao Brasil. (...) A aplicação ao Brasil é a preocupação constante; as considerações etnográficas, a teoria do mestiçamento, já físico, já moral, servem de esteios gerais; o evolucionismo filosófico é a base fundamental (Romero, 1953, p. 48).

No trecho citado, o autor pretende oferecer ao leitor um horizonte de sua crítica. E dois fatores são fundamentais para compreender o seu discurso: um deles é a predisposição de construir uma síntese interpretativa alimentada pelo “espírito filosófico dos nossos dias”. O outro, é que, embalado pelo que definiu como “evolucionismo filosófico”, almejou uma crítica capaz de comportar “a filosofia, a etnografia, a política e a literatura propriamente”, porém, “tudo isto sob o ponto-de-vista de aplicações ao Brasil”. Aplicar os pressupostos cientificistas para compreender o Brasil lhe pareceu o caminho para explicar não apenas a literatura, mas o país – no fundo a disposição íntima de sua obra. Apesar da reação contra o romantismo, apesar do seu

evolucionismo filosófico, Silvio Romero continuou tão interessado na nacionalidade quanto estivera José de Alencar.

A Silvio Romero não interessava qualquer cultura, tampouco qualquer literatura, mas o sentido de nação que buscava através da história literária. Se a arte imitava a vida ou a natureza, como se acreditou, a literatura mimetizaria os acontecimentos, de modo que o povo e a nação se fariam visíveis nos textos literários, e a literatura apareceria como uma forma de apropriação quase epistemológica do mundo. Nessas linhas, Silvio Romero deixou transparecer o “sistema” pelo qual olhava o país – de um lado a aspiração objetiva da “verdade”, da impessoalidade científica, e de outro, o “sonho” antes de tudo afetivo e emocional: “Independência literária, independência científica, reforço da independência política do Brasil, eis o sonho de minha vida” (Romero, 1953, p. 48). Segundo o olhar romeriano, a universalidade da ciência estaria a serviço do reconhecimento de uma essência singular do Brasil.



3. NACIONALISMO E BELETRISMO

No Brasil de fins do século XIX e princípio do XX, dois topoi literários se faziam notar: a busca pela nacionalidade e o beletrismo. A nação como horizonte e a própria associação entre o valor literário da obra e sua inserção na nacionalidade foram perspectivas que alimentaram a crítica e a historiografia de Silvio Romero e de vários críticos, como José Veríssimo e Araripe Júnior, embora em nenhum deles a idéia de nação tenha ocupado a centralidade que ocuparia em Romero. Em obras ficcionais propriamente ditas, a idéia romântica de nação esteve, de alguma maneira, presente em muitos escritores daquele período, menos em Machado de Assis. Em contrapartida, uma obra notável como *Os Sertões* (1902) desde logo foi recepcionada como monumento da nacionalidade.² Por mais que intelectuais importantes como Romero e Euclides da Cunha atacassem violentamente os

escritores romântico-indianistas, na virada do século XX, a literatura encarnaria um projeto político e cultural tão manifesto quanto o que vigorava entre os escritores românticos de meados do século XIX. A narrativa euclidiana logo se tornaria paradigmática, convertendo-se em modelo literário, além de político, tendo o empenho nacionalista como a categoria central (cf. Lima, 1997, p. 15-23).

Autores como Silvio Romero e Euclides da Cunha, sob a égide do cientificismo evolucionista, reuniram condições para concretizar, com força antes desconhecida, uma imagem de algum modo romântica do povo, ou mesmo de um povo nacional. No entanto, um e outro contestaram furiosamente as rimas, fantasias e devaneios dos escritores românticos. Em ambos os autores – muito diferentes entre si, por certo – existia um essencialismo nacional que repousaria no povo, e o seu reconhecimento intelectual se daria pelo instrumento científico e positivo. Romero e Euclides da Cunha aceitaram, implicitamente, a idéia romântica de que a nação teria uma essência, porém, apenas a ciência poderia realmente apreendê-la. Silvio Romero, no discurso de recepção a Euclides da Cunha, na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906, destacou o que acreditou ser a contribuição maior do texto euclidiano:

Vosso livro não é produto de literatura fácil, ou de politiquismos irrequietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo que tem sido o objeto de vossas constantes pesquisas, de vossas leituras, de vossas observações diretas, de vossas viagens, de vossas meditações de toda hora. Começastes por querer surpreendê-lo na índole, na constituição mais íntima, na essência intrínseca (...). O nervo do livro, seu fim, seu alvo, seu valor, estão na descritiva do caráter das populações sertanejas de um dos mais curiosos trechos do Brasil (Romero, 1910, p. 361-362).

O tom do discurso de Romero é simpático, sem deixar de saudar as

referências à nacionalidade contidas na obra, segundo sua apreciação. Ao destacar a descrição do povo como um recurso de valor literário, Silvio Romero encontrar-se-ia rigorosamente conformado ao *topos* literário-nacionalista. Euclides da Cunha, ao pôr a ciência a serviço da arte, agradaria Silvio Romero, porém, nada poderia agradá-lo mais do que ambas a serviço do reconhecimento da nacionalidade brasileira. Se em Euclides da Cunha o empenho nacionalista é pessimista, conflituoso e suicidário – pois, ao final, “o cerne vigoroso de nossa nacionalidade” é esmagado ou se imolou numa guerra terminal – em Silvio Romero a perspectiva nacionalista tem, em primeiro plano, um aspecto diretamente político. O autor, sempre que podia, buscava minimizar diferenças tidas como intransponíveis no interior da nacionalidade. Silvio Romero não endossou a noção euclidiana de um mestiço degenerado, representado pelo mulatismo do litoral, e de uma mestiçagem superior, simbolizada no sertanejo, tido por Euclides da Cunha como um forte. A solução romeriana foi enxergar na mestiçagem – mas sem adjetivá-la, justamente para que fosse um conceito generalizável – a essência da nacionalidade, evitando possíveis perspectivas desagregadoras.³

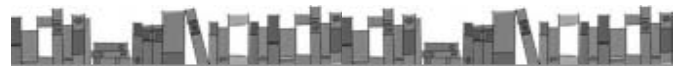
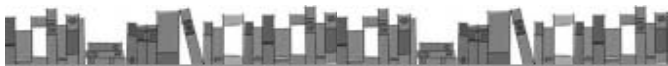
No prólogo da primeira edição da *História da literatura brasileira*, aparece um evidente compromisso para com a idéia de nação, em que os traços românticos emergem em meio a uma retórica sociológica e naturalista, não sem significados na construção de sua *Teoria do Brasil*:

O conhecimento que se busca, ao surpreender os atos mais íntimos de um escritor, deve sempre visar uma maior compreensão de sua individualidade e das relações desta com o seu país e das deste com a humanidade. Um conhecimento, que não se generaliza, fica improficuo e estéril, e, assim, a história pitoresca deve levar a história filosófica e naturalista. Neste terreno busca permanecer este livro, por mais lacunoso que ele possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis gerais que

presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro. Para tanto é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de cousas, o português em suma, foi-se transformando em contato do índio, do negro, da natureza americana, e ajudado por tudo isso e pelo concurso das idéias estrangeiras, se foi aparelhando o brasileiro, tal qual ele é desde já e ainda mais característica se tornará no futuro (Romero, 1953, p. 74).

Como se pode perceber, a crítica de Silvio Romero almeja identificar na intimidade do escritor ou do texto literário as idiossincrasias da nacionalidade, de modo a identificar as relações entre produção intelectual e o que chamou de “história política, social e econômica da nação”. A literatura foi reduzida a um documento da nacionalidade, pois, através da história da literatura, o crítico pretendia flagrar “as leis gerais” que teriam formado e continuariam a determinar a formação do “caráter do povo brasileiro”. A etnografia das três raças em contato e a natureza tropical são evocadas para explicar o passado, mas também o futuro do “brasileiro” (no singular). Sempre as três estariam nos fundamentos da nacionalidade. Os pressupostos científicos (as leis gerais) levariam à essência brasileira (o espírito, o gênio).

O outro *topos* literário patente na obra de Silvio Romero e em muitos outros intelectuais e escritores brasileiros de fins do século XIX foi a larga amplitude do termo literatura, de tal modo que não se reconheciam grandes diferenças entre o gênero eminentemente literário e a história. Nem mesmo o recurso às ciências naturais – como a geografia e a geologia empregadas por Euclides da Cunha na construção de *Os sertões* – justificou uma definição específica para aquele texto. Na *História da literatura brasileira*, Romero contempla, além dos literatos, historiadores, oradores, teólogos e



jurisconsultos. Essa concepção ampla parece indicar que “o critério expressivista-romântico não era reconhecido como antagônico à velha concepção retórica” (Lima, 1997, p. 19).

A indistinção entre a ciência de que Euclides da Cunha se valera e a arte narrativa que lhe dera expressão não se caracterizava um problema. A fronteira entre a ciência e a ficção parecia não incomodar nossos críticos. Na Europa, a historiografia literária dita naturalista, à maneira de Taine ou Renan, provavelmente jamais aceitasse *Os sertões* como um texto literário. Mas, segundo o entendimento romeriano, não havia qualquer razão para contestar sua natureza literária. Parece haver uma herança retórica no universo intelectual brasileiro de então. Silvio Romero, em carta a João do Rio (1904), sentia uma imensa dificuldade em definir sua inserção no ambiente intelectual brasileiro daquele princípio de século, pois não era literato, não se sentia “ao pé da letra um cientista”. Porém escrevia livros, publicava artigos, vivia exclusivamente de sua atividade de homem de letras, num ambiente intelectual rarefeito:

Achei em minha alma, meio velada, num semicrepúsculo subjetivo, tantas antropologias, etnografias, críticas religiosas, folclóricas, jurídicas, políticas e literárias, que tive medo de bulir com elas e de me meter nesse matagal... Conheci, sem esforço, e para meu mal, que, se não sou ao pé da letra um cientista, não me cabe também a denominação de literato, no sentido restritíssimo que esse qualificativo tem entre nós e parece ser a intuição por você abraçada, quando diz no auto das perguntas: “De seus trabalhos quais as cenas, ou capítulos, quais os contos, quais as poesias que prefere?”. (...) Não tenho romances, contos, novelas, dramas, comédias, tragédias, folhetins, crônicas, fantasias (...). Em mim o caso literário é complicadíssimo e anda tão misturado com situações críticas, filosóficas, científicas e até religiosas, que nunca o pude delas separar, nem mesmo agora para lhe responder (Barreto, 1908, p. 36-37).

Um historiador como Capistrano de Abreu, um poeta como Olavo Bilac, um romancista como Machado de Assis, um crítico como Silvio Romero, todos recebiam a mesma alcunha: eram denominados de escritores. Tudo parecia ser literatura, escritor era quem escrevia. A própria Academia Brasileira de Letras abrigou, desde muito cedo, não só romancistas e poetas, mas historiadores, críticos e outros notáveis da República das letras. Intelectuais como Silvio Romero, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha estavam entre os “imortais”, sem jamais terem escrito prosa ou poesia no moderno sentido da palavra.

As dificuldades de Silvio Romero em determinar a extensão e os limites de sua atuação intelectual, de alguma maneira sugerem uma concepção de literatura na qual é possível notar uma dificuldade em diferenciar a clássica concepção retórica e a percepção romântica da literatura. Ao menos se pode afirmar que subsistiam certos traços da retórica clássica, impedindo uma definição “moderna” dos limites entre a história, a crítica, a ciência e a ficção. Por literatura Silvio Romero compreendia diferentes e variados gêneros textuais, da economia política à geografia, do verso à história, das cantigas populares aos romances.

Cumprido declarar, que a divisão proposta não guia exclusivamente pelos fatos literários; porque para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo; - política, economia, arte, criações populares... e não, como era costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas artes, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia (Romero, 1953, p. 60).

A própria periodização das fases literárias não obedecia a critérios de natureza estéticos e artísticos. Na *História da literatura brasileira*, Romero teve que suportar as conseqüências da amplíssima compreensão de literatura. No segundo tomo de sua obra,



em que se debruça sobre o que chamou de “época ou período de desenvolvimento autônomo (1750-1830)”, dedicou o capítulo VI às *Ciências Naturais*, o capítulo VII aos *Historiadores* e o capítulo VIII aos *Economistas, jurisconsultos, publicistas, oradores, lingüistas, moralistas, biógrafos e literatos*. No quinto e último tomo voltou a contemplar publicistas, oradores e historiadores, e nele não poderiam faltar as devidas considerações acerca de Adolfo Francisco Varnhagen e Carl von Martius.

T & M

Texto recebido em setembro de 2004.
Aprovado para publicação em outubro de 2004.

4. NOTAS

1. Em Portugal e na Espanha, bem como na América Latina, não foram poucos os intelectuais escritores que questionaram as raízes do atraso das sociedades ibéricas (cf. Bastos, 2003).
2. Não é o interesse deste texto discutir a obra mor de Euclides da Cunha, certamente muito mais complexa. Quer-se, apenas, notar a percepção nacionalista, inclusive por parte de Silvio Romero, em que a obra euclidiana se viu inserida.
3. Sylvio Rabello, antigo estudioso da obra e da vida de Silvio Romero, afirma que a verdadeira vocação do autor da *História da literatura brasileira* era a política. Romero chegou a ser deputado federal, empossado em 1900, e foi candidato outras vezes ao mesmo cargo (cf. Rabello, 1967).

5. SOBRE O AUTOR

Alberto Luiz Schneider é Doutor em História Social pela Unicamp. Professor Visitante do Departamento de Estudos Luso-Brasileiros da Tokyo University of Foreign Studies.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
REVISTA TEMAS & MATIZES
www.unioeste.br/saber

6. REFERÊNCIAS

- BARRETO, Paulo (João do Rio). *O momento literário*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1908.
- BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. Bauru (SP): Edusc, 2003.
- BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX*. Volume II. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CANDIDO, Antônio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Silvio Romero”. In: —. *O espírito e a letra: estudo de crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Edusp, 1973.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- RABELLO, Sylvio. *Itinerário de Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- ROMERO, Silvio. “Academia Brasileira de Letras: discurso pronunciado aos 18 de Dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha”. In: —. *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1910.
- . *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



Silvio Romero
(1851-1914)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
REVISTA TEMAS & MATIZES
www.unioeste.br/saber